

“Não queremos piedade, nem favores! Acessibilidade é direito!”

Já ouviu falar em capacitismo? Aqui no CRESS Minas Gerais, a gente já vem pautando esse tema nos últimos anos. O assunto tem ganhado força na sociedade e é urgente que nós, assistentes sociais, saibamos do que se trata para evitar reproduzi-lo no cotidiano profissional e também na vida pessoal.

Capacitismo, portanto, é o preconceito que acontece contra pessoas com deficiência (PcDs), seja de qual tipo for: auditiva, visual, motora, mental ou intelectual. A discriminação pode inviabilizar direitos a essa população, além de ferir a dignidade humana, impedindo por exemplo, a socialização.

Em 21 de setembro, comemora-se o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, e para o Serviço Social brasileiro, em 2023, esta data tem um gosto especial, uma vez que o maior evento de decisão da profissão, o Encontro Nacional CFESS-CRESS, promovido em setembro, em Brasília (DF), definiu sobre diversas ações anticapacitistas.

Uma delas foi definir como tema para o próximo Dia da e do Assistente Social (15 de maio), o “Serviço Social na luta Anticapacitista: Por um Brasil de pessoas humanamente diferentes e totalmente livres”, inspirado na militante comunista, Rosa Luxemburgo, que era uma mulher com deficiência. Outro grande destaque é a realização do 1º Seminário Nacional Serviço Social e a Luta Anticapacitista que deverá ocorrer em 2025, em Recife (PE).

E é desta terra de efervescência cultural que vem Mariana Hora, a assistente social que tem balançado as estruturas do Conjunto CFESS-CRESS, uma das entidades que representam o Serviço Social, no Brasil, a fim de reivindicar espaço para as pessoas com deficiência. Hoje vice-presidenta do CRESS-PE, Mariana é surda, mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Uece e atua no sociojurídico, onde também vem lutando pela acessibilidade e dignidade para ela e outras PcDs.

1) Na live para o CRESS Minas, você demonstrou emoção e entusiasmo ao falar sobre a importância de abrir portas e dar oportunidades de inclusão a pessoas com deficiência, também citou episódios de depressão provocados pela exclusão social. Assim, por que é urgente que assistentes sociais e o Conjunto CFESS-CRESS se apropriem desta pauta?



Desde a década de 1980, os movimentos políticos das pessoas com deficiência (PcDs), no Brasil, vêm se organizando, tendo participado, inclusive, dos debates para a Constituição de 1988. De lá para cá, nós temos resistido em nossas lutas e a legislação avançou, porém, as políticas sociais ainda são insuficientes e passamos muito tempo na invisibilidade. Pouquíssimas PcDs se encontravam nas ruas, ocupando espaços de trabalho dos mais diversos, participando de shows, teatro, cinema etc.

Nasci um dia antes da promulgação da chamada Constituição Cidadã do nosso país e vivi os primeiros dezoito anos da minha vida longe da Comunidade Surda e do movimento social das pessoas com deficiência. Então, percebo que nos últimos treze anos da minha militância, estávamos saindo dessa invisibilidade aos poucos, a partir da Convenção In-

ternacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2009), mas ganhamos ainda mais fôlego depois da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015.

Sempre procurei participar de eventos relevantes para o Serviço Social, mas encontrava falhas na contratação e na atuação dos intérpretes de Libras, a ausência de legendagem, além de perceber problemas de acessibilidade para outros tipos de deficiência. Tentava dialogar com as comissões organizadoras, mas não havia abertura para dialogar assistentes sociais com deficiência. Assim, deixava de ir, por exemplo, às assembleias do CRESS Pernambuco, pois sabia que não haveria intérprete.

Em 2020 fui convidada para compor a chapa. Tomamos posse e foi um triênio difícilíssimo pela pandemia, mas o acolhimento afetuoso, o respeito, a valorização, o reconhecimento e, em especial, a equidade de oportunidades que tive, e continuo tendo agora na nova gestão enquanto conselheira, me ajudaram a enfrentar a depressão que é muito relacionada ao meu trabalho.

O Conjunto CFESS-CRESS está atrasado nesse debate, mas agora que saímos da invisibilidade, não voltaremos a nos “esconder”. Seguiremos trilhando a travessia de desafios, lutas e conquistas para assegurar nossos próprios direitos enquanto profissionais e, também, pela população com deficiência usuária dos serviços dos mais diversos espaços sócio-ocupacionais.

[Confira, aqui, o debate promovido em setembro.](#)

2) O 50º Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado em setembro, aprovou pontos essenciais para a luta anticapacitista, como a realização do seminário com o tema e a abordagem desse assunto para o 15 de maio. Para você, a que se deve esta abertura?

Nossa, é emoção demais! Nós estamos muito felizes com a aprovação dessas propostas! Vocês que não são PcDs provavelmente não têm muita noção do quanto isso é valioso para nós! Não foram só alguns meses, é uma luta coletiva que eu e as demais colegas com deficiência estamos fazendo desde 2020. Me parece que eu tive mais visibilidade, porque eu era a única conselheira de um CRESS que se colocava e se identificava enquanto pessoa com deficiência no triênio anterior.

Mas, no Coletivo Serviço Social Anticapacitista, nós estávamos sempre conversando com colegas para que mais de nós passem a ocupar os espaços dos CRESS e o resultado é que, nas últimas eleições, realizadas no início do ano, tivemos seis candidatas em chapas na região Nordeste (CE, PE e PI), duas em Goiás (em chapas diferentes), uma no Rio, uma em Santa Catarina e uma no Rio Grande do Sul, totalizando onze assistentes sociais com diferentes deficiências se colocando nas candidaturas das chapas da eleição do Conjunto. Nove foram eleitas, porém duas delas precisaram deixar o cargo.

Recentemente, conheci a Suzana, diretora na Seccional Montes Claros (MG) e, no Encontro Nacional, conhecemos a Mara do CRESS-MS, então, agora elas também fazem parte de nosso coletivo. Portanto, até onde sei, somos, atualmente, nove conselheiras com deficiência espalhadas em três regiões. A aprovação dessas pautas é fruto de lutas que vêm de muitos anos, mas que se organizaram e se fortaleceram a partir de 2020: saímos ocupando os CRESS, seja na gestão ou seja como base.



Mariana Hora no 50º Encontro Nacional CFESS-CRESS, em setembro de 2023.

3) Você tem se tornado referência dessa bandeira de luta no Serviço Social, mas ainda falta muita representativa PcD. Quais são os principais desafios de abordar a luta das pessoas com deficiência dentro do Conjunto, considerando que são muitos os tipos de deficiência e muitas as particularidades?

Sim, eu procuro dialogar colegas com diferentes deficiências e busco me informar sobre as pautas em geral, mas é desafiante. É óbvio que nem eu, nem ninguém, sabe de tudo, por isso é importante o trabalho em equipe, a luta coletiva.

Por exemplo, nós temos assistentes sociais com deficiência auditiva, ensurdecidas/os, que não usam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), tenho usado da minha visibilidade para trazer a demanda delas e deles que é a legendagem ao vivo nos eventos; é também uma demanda minha, mas principalmente delas e deles.

Então, eu não luto só por mim, eu luto por todas, todos e todes as assistentes sociais com deficiência. Quando tem algum assunto que eu não tenho conhecimento aprofundado, eu vou procurar quem tenha, para que essa pessoa nos explique, ou vou atrás dos materiais, sejam livros ou produções audiovisuais, como as lives, para conhecer o assunto.

“Não queremos piedade, nem favores! Acessibilidade é direito! Falamos por nós e queremos políticas públicas que nos atendam de forma integral”.

4) “Nada sobre nós sem nós.” O que essa máxima do movimento PcD pode ensinar às e aos assistentes sociais em sua prática profissional?

Nós, pessoas com deficiência, falamos por nós mesmas, não precisamos ser tuteladas. Mesmo pessoas com deficiência que precisam de suporte maior, de cuidados e apoio de terceiros, têm direito de falar por elas mesmas, devem ser estimuladas para isso dentro das possibilidades existentes. Não queremos mais paternalismo, assistencialismo, muito menos primeiro-damismo manipulador (como tivemos no desgoverno federal anterior).

Não queremos piedade, nem favores! Acessibilidade é direito! Falamos por nós e queremos políticas públicas que nos atendam de forma integral. Então, assistentes sociais precisam atender pessoas com deficiência sem praticar capacitismo, sem causar mais constrangimentos e violências para além dos tantos que já sofremos em outros espaços e em atendimentos com outros profissionais

Deficiência: o desafio da acessibilidade e da inclusão social

No auge da pandemia, fizemos um podcast trazendo relatos sensíveis e cotidianos de duas mulheres assistentes sociais, uma com deficiência auditiva e a outra, motora, e seus desafios diários relacionados à falta de acessibilidade e ao capacitismo.

É possível [ouvir o podcast](#) ou ler aqui, [a versão escrita do conteúdo](#).